

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.020

# ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA VOLTADA À INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS MENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE FORTALEZA-CE

Érika Nunes Teles Torres<sup>1</sup>  
Áurea Júlia de Abreu Costa<sup>2</sup>  
Ana Paula Lima Barbosa<sup>3</sup>  
Bárbara Barbosa Nepomuceno<sup>4</sup>

## RESUMO

O trabalho apresenta um relato de experiência da atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) de uma instituição de educação superior privada, da cidade de Fortaleza/CE. Tem o objetivo de discutir os alcances e desafios do acolhimento dos estudantes com deficiência e transtornos mentais daquela instituição. O NAP é um serviço de apoio psicopedagógico, formado por duas psicólogas e uma pedagoga. O referencial teórico utilizado aborda a Psicologia Escolar e Educacional em instituições de educação superior, fundamentando-se na concepção vigotskiana de mediação para construir estratégias inclusivas, além de discutir a deficiência a partir do modelo biopsicossocial, que responsabiliza a sociedade e suas instituições pela realização de ações de adequação às necessidades de aprendizagem e desenvolvimento das pessoas com deficiência. As atividades realizadas pelo Núcleo envolvem

1 Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, docente da Faculdade Ari de Sá, erikatorres@aridesa.com.br

2 Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), docente da Faculdade Ari de Sá, aurea.costa@aridesa.com.br

3 Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, docente da Faculdade Ari de Sá, ana.barbosa@aridesa.com.br

4 Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, docente da Faculdade Ari de Sá, barbara.nepomuceno@aridesa.com.br

reuniões individuais com os estudantes para identificação das demandas; assessoramento de diversos atores acadêmicos para a elaboração conjunta de estratégias de apoio; suporte e orientação aos coordenadores e professores quanto à construção de adaptações curriculares e avaliativas que atendam às necessidades dos estudantes e ao manejo de dificuldades que emergem no processo de execução das estratégias inclusivas e acompanhamento e reuniões periódicas com os estudantes para a avaliação das ações de apoio ao longo dos semestres. Os resultados apontam a redução da evasão educacional, o apoio no enfrentamento às dificuldades de aprendizagem e interpessoais experienciadas, melhora no rendimento acadêmico dos estudantes, atenuação de dificuldades dos docentes na execução de estratégias avaliativas adaptadas e no manejo de problemas comportamentais dos alunos. Os desafios enfrentados relacionam-se às crenças culturais na suposta incapacidade da deficiência, às defasagens de aprendizagem acumuladas durante os anos escolares e às relações interpessoais com os pares. As ações constituem importante estratégia de suporte institucional alinhado ao paradigma inclusivo, favorecendo a permanência de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas na educação superior.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Educação Superior, Pessoa com Deficiência, Apoio Psicopedagógico, Acolhimento Institucional.

## INTRODUÇÃO

É provável que a humanidade, mais cedo ou mais tarde, triunfe sobre a cegueira, sobre a surdez e sobre a deficiência intelectual, mas as vencerá no plano social e pedagógico muito antes que no plano biológico e médico (VIGOTSKI, 2019).

Esse estudo objetiva relatar uma experiência de atuação das atividades realizadas por uma equipe de profissionais de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico, da Faculdade Ari de Sá, uma instituição de Ensino Superior Privada, localizada em Fortaleza, Ceará. O Núcleo é um serviço de apoio psicopedagógico, formado por duas psicólogas e uma pedagoga, e possui um Setor de Acessibilidade voltado para o acolhimento e acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais específicas. Nos propomos a discutir a experiência de atuação do serviço, destacando seus alcances e desafios, contribuindo assim, para a ampliação de um debate que favoreça a promoção dos processos educacionais inclusivos no ensino superior.

As práticas inclusivas discutidas nesse trabalho ancoram-se em concepções teóricas referentes à Psicologia escolar no ensino superior e também à Psicologia Histórico-Cultural do autor bielorusso Lev Semionovich Vigotski, especialmente no que concerne à relevância da educação como ferramenta promotora de aprendizagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento; à defesa de um modelo biopsicossocial da deficiência e ao papel da mediação nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência na instituição de educação superior.

Segundo as publicações da Rede de Serviços de Apoio Psicológico no Ensino Superior (RESAPES), os serviços de apoio psicológico na Educação Superior surgiram no início do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, através de um apoio pontual que um professor ou mentor oferecia aos estudantes para ajudá-los a resolver dificuldades acadêmicas ou recomendá-los ao mercado de trabalho. Na medida em que esse apoio foi se personalizando e assumindo um caráter regular no tempo, passou a ser identificado como aconselhamento (RESAPES, 2002).

Em uma pesquisa empírica sobre o funcionamento de um Serviço de Apoio Psicológico, Nunes-Torres (2019), descreve em seu referencial teórico que o surgimento dos serviços de psicologia no contexto mundial deu-se por meio do crescimento acentuado do número de universitários nas décadas de 1940, nos

Estados Unidos, e mais tarde, nos anos de 1960, na Inglaterra. Segunda a autora, no período, havia uma preocupação dos investidores, educadores e políticos com o bem-estar psicossocial, saúde e o desenvolvimento holístico dos estudantes do ensino superior, o que foi importante para a criação de serviços de aconselhamento psicológico no ambiente universitário.

Ainda segundo a autora, no resgate histórico do surgimento e evolução dos serviços de apoio psicológico, foi possível identificar uma diversidade de atuação do psicólogo nesse contexto escolar, desde as mais clássicas, com foco em uma atuação voltada para ações concentradas nos estudantes em uma perspectiva individualizada; até as práticas contemporâneas ancoradas em uma perspectiva preventiva e institucional. Em estudo mais recente de revisão de literatura sobre as contribuições da Psicologia Escolar na Educação Superior, Pott e Campos (2021) identificaram a ausência de pesquisas no campo da Psicologia Escolar direcionadas para as demandas do Ensino Superior, especialmente para modelos ou relatos de como o profissional pode atuar em uma perspectiva coletiva e institucional.

Segundo Melo e Araújo (2018), o ingresso de estudantes com necessidades educacionais e especiais (NEE) vem crescendo nos últimos anos nas instituições de Educação Superior do Brasil. O crescimento está relacionado a um conjunto de medidas na legislação brasileira para garantir o acesso e condições de permanência às pessoas com deficiência no ensino superior. Entre as medidas que dão subsídios a esse fenômeno, temos: determinação da Lei nº 9.394 (1996), Portaria nº 3.284 (2003), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, o Decreto nº 7.611 (2011) e a Lei nº 13.146 (2015). Temos ainda a criação, em 2005, pelo Ministério da Educação Superior, do Programa Incluir, cujo objetivo é criar núcleo de acessibilidade no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Cabe ainda destacar o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, com adoção de políticas no âmbito da democratização do acesso ao ensino superior e oferta de ações voltadas para permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade, além da criação do PNAES, por meio do Decreto nº 7.234 de 2010, cuja proposta é de assistência estudantil.

Segundo Torres (2019), atualmente as ações de acessibilidade voltadas aos estudantes do ensino superior vêm atendendo questões relacionadas à eliminação de barreira arquitetônicas, atitudinais, de comunicação e pedagógicas com

objetivo de contribuir com o acesso, permanência e conclusão de cursos de graduação e pós-graduação.

Geralmente o público-alvo das ações de acessibilidade são estudantes com deficiência (física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla); altas habilidades/superdotação e transtorno do espectro autista; transtorno de aprendizagem; transtornos do déficit de atenção e hiperatividade; transtorno de personalidade e doença crônica.

Em relação ao processo de inclusão e ao trabalho do psicólogo escolar no Ensino Superior, Ciantelli, Leite e Nuerbeng (2017) realizaram um estudo com o objetivo de identificar a atuação do psicólogo nos núcleos voltados à acessibilidade nas instituições federais de Ensino Superior de estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Os resultados apontam que as atuações do psicólogo nesse contexto estão voltadas para remoção de barreiras atitudinais, como a efetivação de programas de sensibilização e/ou conscientização, palestras e campanhas. Constataram, ainda, que a Psicologia ocupa papel de destaque, principalmente nas práticas relacionadas aos processos educativos dirigidos aos estudantes com deficiência, favorecendo a permanência de um público ainda pouco presente na universidade.

Lima, Marques, Lima e Lobato (2016), em seu estudo sobre a inclusão de alunos com deficiência e atuação do psicólogo, a partir da prática profissional de estagiárias em Psicologia Escolar em uma Instituição de Ensino Superior, chamam atenção em seus resultados que para uma efetiva inclusão de alunos com deficiência, é necessário ações que implantem e viabilizem esse processo necessitam de medidas que vão desde a formação de professores, adequação de recursos pedagógicos e curriculares envolvendo os diversos atores educacionais.

## **CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL À INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR**

Historicamente, à deficiência e à diferença foram atribuídos diversos significados pejorativos (estorvo e ausência de função social, castigo divino, doença) e as práticas sociais voltadas às pessoas com deficiência consistiram em extermínio e abandono social, segregação em instituições religiosas e asilares e encarceramento (MAGALHÃES, 2002). Falar de inclusão social e educacional de estudantes com deficiência significa reportar-nos a um período recente

na história da humanidade, pois apenas na contemporaneidade, mais especificamente, a partir da segunda metade do século XX, a pessoa com deficiência passa a ser vista como sujeito de direitos (BRASIL, 2008).

Nesse contexto histórico e cultural da exclusão e segregação social de pessoas com deficiência, insere-se a perspectiva inovadora da Defectologia de Vigotski (2019) sobre o papel da educação no desenvolvimento de estudantes com deficiência. Embora não tenha falado especificamente sobre inclusão, a perspectiva de Vigotski (2019) sobre a defesa da educação para crianças com deficiências se destaca por defender a educação para crianças com deficiência no início do século XX, período no qual prevaleciam a concepção de deficiência como doença e o modelo biomédico de atendimento terapêutico a pessoas com deficiência, em que a educação de pessoas com deficiência era considerada inviável e desnecessária (CARDOSO, 2012).

A premissa fundamental da Defectologia de Vigotski se sobressai pela ruptura que realiza com a visão tradicional que atrelava a pessoa com deficiência à falta, à ineficiência intelectual e, por conseguinte, à incapacidade para aprender e assim é formulada pelo autor: “[...] a criança, cujo desenvolvimento foi complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvida que suas contemporâneas normais; é uma criança, porém, desenvolvida de outro modo (VIGOTSKI, 2019, p. 31)<sup>5</sup>”.

Dessa forma, a tese básica da defectologia vigotskiana desloca o aluno com deficiência da condição de suposta incapacidade para aprender e se desenvolver para um sujeito que, além de limitações, apresenta potencialidades. Ao firmar que as crianças com deficiência não são menos desenvolvidas que as sem deficiência, mas desenvolvem-se de outros modos, Vigotski (2019) sinaliza a compreensão de que o aluno com deficiência aprende de forma diferente. Tal perspectiva, além de contribuir para a desconstrução de crenças sociais cristalizadas relativas à suposta incapacidade do aluno com deficiência, apresenta desdobramentos que se alinham com a responsabilização da escola e dos educadores pela construção de práticas educacionais que se adaptem às necessidades desses estudantes.

5 No original em espanhol: [...] el niño cuyo desarrollo está complicado por el defecto no es simplemente un niño menos desarrollado que sus coetâneos normales, sino desarrollado *de otro modo* (Grifo do autor).

Para Vigotski (2019), embora a deficiência implique limitações orgânicas, estas não configurariam em si um impedimento à aprendizagem, mas estimulariam o psiquismo e o sistema nervoso a se reorganizar com o intuito de superar tais comprometimentos, processo a que deu o nome de compensação. Contudo, o processo de compensação da deficiência não se trata de um processo determinado biologicamente, tendo em vista que na acepção vigotskiana, a construção de caminhos alternativos que podem promover a aprendizagem e o desenvolvimento das potencialidades do estudante com deficiência pressupõe a mobilização de recursos externos, que precisam ser oferecidos pelas instituições educacionais.

A concepção vigotskiana de compensação possui natureza essencialmente social, em que a deficiência é vista como um estímulo para o desenvolvimento de novas formas de aprendizado e interação social, além de ressaltar a importância do papel do professor como mediador social e da instituição educacional em fornecer adaptações adequadas para que o estudante se aproprie do conhecimento.

A questão da relevância da educação no desenvolvimento das funções psicológicas de alunos com deficiência, através de estratégias de compensação social e da adaptação do ensino ao contexto das necessidades específicas desse alunado, como asseverado por Vigotski (2019) é congruente com o paradigma de Inclusão e, especialmente, com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) na medida em que esta última estabelece diretrizes para a inclusão educacional no Brasil, reafirmando o direito dos alunos com deficiências serem inseridos em salas de aula comuns nas escolas regulares, e atribuindo à escola o compromisso de atender às necessidades educacionais específicas desses estudantes no formato do atendimento educacional especializado de acordo com as especificidades de aprendizagem e desenvolvimento sinalizadas pelos estudantes.

Nesse sentido, a presente discussão nos conduz à consideração acerca do papel da mediação no processo de aprendizagem do estudante com deficiência na educação superior. O conceito de mediação, para Vigotski (2007) implica a participação de um terceiro elemento na relação entre o ser humano e a cultura, ou seja, uma relação que, longe de ser direta, torna-se mediada por um conjunto de signos (instrumentos psicológicos) produzidos culturalmente e utilizados por outro ser humano para facilitar a apropriação do conhecimento. Dessa forma, o conhecimento que é apresentado por meio da intervenção socialmente mediada

e dirigida pelo professor (ou outra pessoa que já domina tal saber) constitui condição de possibilidade para a internalização desse conhecimento pelo aluno, modificando a sua relação com o mundo.

O conceito de mediação remete-se diretamente a outro conceito crucial na obra de Vigotski (2007), o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que sinaliza a distância entre os conhecimentos já internalizados e que o estudante já domina com independência e aqueles conhecimentos que estão em processo de apropriação e, por essa razão, demandam a assistência guiada do professor ou de outra pessoa que já tenha deles se apropriado. A ZDP, constitui, portanto, o espaço simbólico em que o ensino e as estratégias de suporte institucional ao discente devem incidir, visando à aprendizagem dos conhecimentos relativos à formação acadêmica.

Considerando o espaço formativo na educação superior, o professor tem o papel de mediar o processo de aprendizagem, auxiliando os estudantes a se apropriarem de conhecimentos teóricos e práticos fundamentais porque referentes à área de atuação profissional, levando em conta que alunos universitários também precisam de apoio para superar seus limites e dificuldades e alcançar novos níveis de desenvolvimento. Isso significa que o ensino deve se antecipar ao desenvolvimento dos estudantes, como assevera Vigotski (2007), oferecendo desafios adequados para que eles progridam intelectualmente e emocionalmente, dado que a formação acadêmica visa o desenvolvimento do integral do estudante, não apenas no domínio cognitivo (ROLDÃO *et. al.*, 2020).

Isto posto, pode-se afirmar que os pressupostos teórico-práticos da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski consistem em parâmetros sólidos que respaldam a construção de práticas inclusivas também na educação superior oferecendo caminhos alternativos de aprendizagem aos estudantes com deficiência, com o uso de instrumentos e recursos adaptativos que possibilitem a superação de barreiras físicas, culturais e cognitivas através de mediações adequadas. Além de considerar a importância do suporte acadêmico que deve ser oferecido ao estudante, entendemos ser o professor um importante foco do apoio institucional na efetivação das práticas e políticas inclusivas na educação superior.

## METODOLOGIA

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) existe na IES desde a sua origem, é um serviço de natureza interdisciplinar e institucional, que atua a partir de

uma equipe composta por duas psicólogas e uma pedagoga. O NAP tem por objetivos: i) promover ações de promoção da saúde e bem-estar do corpo discente, corpo docente e trabalhadores técnico-administrativo, por meio de ações educativas no contexto institucional; ii) contribuir para melhoria do processo ensino-aprendizagem, integrando a formação acadêmica com a realidade social e o mundo do trabalho; iii) estimular e colaborar para o desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para a convivência da comunidade acadêmica com a diversidade biopsicossocial e cultural; iv) propiciar o acesso e a permanência das pessoas com deficiência (estudantes e funcionários), dificuldades e transtornos de aprendizagem por meio da remoção de barreiras metodológicas, arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais (FACULDADE ARI DE SÁ, 2022). Apesar das ações do Núcleo abrangerem toda a comunidade acadêmica, seu foco maior de atuação são os discentes dos cursos de graduação dos cursos presenciais e a distância. A proposta de atuação das profissionais que compõem o Núcleo está baseada em modelo de intervenção da psicologia crítica, com uma perspectiva de propostas voltadas para a prevenção e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O ingresso dos alunos na instituição se dá por vestibular e notas do Enem. São ainda ofertadas vagas por meio de bolsas de estudos dos Programas de Acesso do Governo Federal, atendendo aos requisitos de bolsas determinados pelo MEC. No ato da matrícula, existe documento de cadastro em que o aluno ou responsável informam dados pessoais, nome social e a sinalização de alguma necessidade educacional específica. No ingresso do estudante é realizada uma apresentação do curso pelos Coordenadores de curso, oportunidade em que as expectativas e necessidades dos alunos são conhecidas.

O acesso ao Setor de Acessibilidade do Núcleo acontece de diversas formas e em qualquer fase do curso. Pode ser dar no ato de matrícula, mas também pelo encaminhamento do Coordenador ou mesmo por busca ativa dos alunos. Na prática, o setor de acessibilidade atua provendo as adaptações arquitetônicas necessárias, a produção de material didático, de recursos metodológicos e de avaliação, por meio de um trabalho articulado com as Coordenações de Curso, Coordenação Acadêmica e Direção.

A experiência de atuação do NAP apresentada neste trabalho ocorreu durante os anos de 2022/2023. No período, a IES possuía um quantitativo de aproximadamente 900 (novecentos) alunos e, no início de 2022, presenciava o momento de retomada total das atividades presenciais, aulas e práticas de está-

gio, após um período de restrições de contato social, impostas pela pandemia da Covid-19. Esta retomada, exigiu novas adaptações e reconstrução das rotinas acadêmicas pelos educadores e demais profissionais.

Considerado as atividades desenvolvidas pelo NAP, foram realizadas intervenções baseadas nas necessidades dos estudantes e o período da vida acadêmica em que eles se encontram, por exemplo, acompanhamentos no ingresso na instituição caracterizado pela transição da educação básica para a educação superior e pela adaptação e integração a essa nova etapa. Realizou, também, ações voltadas para o desenvolvimento acadêmico e diminuição ao abandono e evasão escolar, inserção nos estágios, apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso e desenvolvimento de carreira.

No que se refere especificamente ao acompanhamento de estudantes com necessidades específicas de aprendizagem, o setor de acessibilidade do NAP realizou ações de acolhimento e acompanhamento de estudantes com deficiência e transtornos mentais assistidos durante os anos letivos de 2022 e 2023. Entre tais ações podemos citar: aconselhamento psicológico; reuniões individuais com os estudantes para identificação das demandas específicas; assessoramento de diversos atores educacionais (Coordenação Acadêmica, Coordenação de Curso, docentes, corpo técnico-administrativo) para elaboração conjunta de estratégias de apoio; suporte e orientação aos coordenadores e professores quanto à construção de adaptações curriculares e avaliativas que atendam às necessidades dos estudantes e ao manejo de dificuldades que emergem no processo de execução das estratégias inclusivas; atividades voltadas para o corpo discente; e acompanhamento e reuniões periódicas com os estudantes para avaliação das ações de apoio ao longo do ano.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das ações desenvolvidas pelo NAP foram realizados atendimentos de natureza psicopedagógica (acessibilidade e educação inclusiva) aos alunos dos cursos de graduação presencial e EaD. As principais demandas atendidas pelo setor de acessibilidade e educação inclusiva do NAP dizem respeito à necessidade de acompanhamento de aluna com queixas de dificuldades de concentração, ansiedade de desempenho e ansiedade social; adaptação curricular e avaliativa, acompanhamento de alunos com casos de: disgrafia; transtorno de déficit de atenção e hiperatividade; transtorno bipolar; disortografia, deficiência

visual; esquizofrenia; transtorno depressivo recorrente; transtorno do Espectro autista; transtorno de personalidade borderline; transtorno de ansiedade; e esclerose múltipla. O setor acompanhou, também, um aluno com o diagnóstico de Síndrome de Kearns-Sayre (SKS).

Considerando as especificidades do início de 2022, período de retomada integral das atividades presenciais, pós-período de isolamento social imposto pela Covid-19, através dos atendimentos do NAP, foi possível observar que a retomada ao modelo presencial das atividades acadêmicas exigiu uma nova organização na rotina com novos hábitos, divisão de tarefas domésticas, custos financeiros e o cumprimento de exigências da rotina acadêmica. Os alunos veteranos queixavam-se da retomada e a necessidade de reconstrução da rotina como geradora de sofrimento psíquico. Um dos pontos frequentemente abordados nos atendimentos de aconselhamento psicológico estava relacionado a realização das avaliações presenciais e ao desconforto de sair de casa para estudar. Frente a tal realidade, ações intersetoriais são fundamentais.

A pandemia da Covid-19 afetou a sociedade em todos em diversos âmbitos, sejam eles sociais, culturais, econômicos, afetando de modo contundente os modos de sociabilidade. Considerando o contexto escolar, a pandemia, o isolamento social, o regime remoto de aprendizagem e a retomada ao regime presencial teve impactos na saúde mental de docentes e discentes (OLIVEIRA, 2022), com aumento considerável nos quadros de ansiedade (SILVA *et al*, 2021). Tal realidade se fez presente na Faculdade Ari de Sá, perceptível nas demandas apresentadas nos atendimentos do NAP e no cotidiano escolar. A atuação do NAP e do setor de acessibilidade no âmbito na inclusão educacional, requer que as profissionais do setor atuem como atores mediadores entre estudante-atores educacionais.

A atuação do NAP e do setor de acessibilidade no âmbito na inclusão educacional, requer que as profissionais do setor atuem como importantes mediadores entre estudante-atores educacionais (coordenações de curso, corpo técnico-administrativo, docentes). Se considerarmos que o desenvolvimento humano e os processos de aprendizagem ocorrem a partir de conjunto de ações socialmente e intencionalmente guiadas pela cultura (VIGOTSKI, 2007), podemos entender que a família e as instituições educacionais possuem papel fundamental. As interações sociais adquirem a primazia de inserir o sujeito na sociedade e desenvolver suas potencialidades, o que implica se pensar diretamente as intervenções pedagógicas desenvolvidas pelas instituições educacionais e dire-

cionadas à apropriação do conhecimento, envolvendo os diversos atores sociais e educacionais que compõe os processos educacionais dos sujeitos.

Nesse sentido, após os atendimentos com os estudantes, foram elaborados ofícios contendo orientações à coordenação acadêmica, aos coordenadores de curso e aos professores, no que tange às adaptações pedagógicas e avaliativas necessárias ao atendimento das necessidades educacionais especiais dos estudantes acompanhados pelo setor de acessibilidade e educação inclusão. Tais documentos oficializaram as estratégias elaboradas nas reuniões realizadas com os coordenadores dos cursos com o intuito de discutir a viabilidade de execução das orientações propostas e operacionalizar as adaptações pedagógicas sugeridas, tendo em vista as especificidades das demandas desses estudantes, as necessidades formativas e as possibilidades institucionais de atendimento de tais demandas.

Ademais, foram realizadas reuniões com os coordenadores dos cursos com o objetivo de discutir os casos atendidos pelo Setor de Acessibilidade e elaborar as estratégias de apoio individual e suporte acadêmico aos alunos acompanhados, no que concerne ao atendimento das necessidades educacionais específicas apresentadas. Salientamos a disponibilidade dos coordenadores e docentes dos cursos em trabalhar em parceria com o NAP e realizar as adaptações pedagógicas, tanto curriculares como avaliativas, necessárias para atender às demandas de cada estudante acompanhado pelo Setor de Acessibilidade. Tais ações fundamentam-se em uma compreensão de que coordenadores e docentes são mediadores importantes aos processos de aprendizagem e desenvolvimento (VIGOTSKI, 2007) e fundamentais para os processos de inclusão educacional (LIMA, MARQUES, LIMA E LOBATO, 2016)

Segundo Ruppel, Hansel e Ribeiro (2021), partindo de uma perspectiva vigotskiana, afirmam que seria tarefa da educação promover estratégias de compensação da deficiência do aluno possibilitando a construção de caminhos indiretos que assegurem o acesso à construção do conhecimento e, por conseguinte, a níveis mais elevados de autonomia e inclusão educacional. Tal perspectiva coaduna-se com a mudança para o paradigma educacional inclusivo, o que pressupõe a mudança de foco da deficiência (centrado no aluno e que entende ser questões orgânicas e individuais as principais causas das dificuldades) para o foco no modelo social, que responsabiliza as instituições escolares e educacionais pelo acolhimento das diferenças a partir de transformações a serem promovidas na escola, como adaptações das práticas pedagógicas e cul-

turais e remoção das barreiras e obstáculos que impedem a plena inserção e participação social do estudante com deficiência (MITTLER, 2003).

Outro ator importante para a atuação do setor de acessibilidade é a família. A escuta atenta das necessidades e singularidades das dificuldades de aprendizagem, frequentemente envolve a articulação e contato com rede de apoio social e familiar dos estudantes. A família e a rede de apoio social se configuram como atores fundamentais para um conhecimento mais amplo da história de vida e história escolar dos estudantes e uma melhor compreensão de suas queixas, necessidade, potencialidades. A experiência desenvolvida tem evidenciado que família e amigos podem se apresentar como elementos facilitadores e/ou dificultadores dos processos de acessibilidade e inclusão no ensino superior. Considerando a sua relevância para nos processos educacionais, a família, quando possível, deve ser acionada.

No que concerne ao desempenho acadêmico, a atuação do NAP e do setor de acessibilidade têm contribuído para uma redução da evasão educacional, pois com as adaptações realizadas e acompanhamento dos atores educacionais se configuraram como o apoio importante ao enfrentamento das dificuldades de aprendizagem e interpessoais experienciadas. Permitiram, ainda, uma melhora no rendimento acadêmico dos estudantes com necessidades especiais, atenuação de dificuldades dos docentes na execução de estratégias avaliativas e atividades acadêmicas adaptadas e no manejo de problemas comportamentais entre os alunos.

Os desafios enfrentados são muitos, estes, frequentemente, se relacionam às crenças culturais na suposta incapacidade da deficiência, que se faz presente em discentes e docentes; às defasagens de aprendizagem acumuladas durante os anos escolares, que são dificultadores para o desenvolvimento de algumas competências e habilidades exigidas na educação superior; e às relações interpessoais com os pares, os estigmas, os preconceitos existentes em relação às pessoas com deficiência e com transtornos mentais são barreiras significativas para a construção de um espaço acadêmico diverso e inclusivo. Para a superação desses desafios é necessário o desenvolvimento de ações sociais, culturais e institucionais e a construção de novas crenças e valores inclusivos e de novos lugares sociais para as pessoas com transtornos mentais e deficiências.

Vigotski (1995), em seu sólido arcabouço teórico-epistemológico, explica o desenvolvimento humano como resultado da relação dialética entre a base biológica e as influências sociais, culturais e históricas que configuram as con-

dições materiais da existência. No processo de desenvolvimento psicológico, o autor reconhece duas linhas de desenvolvimento que se entrelaçam originando o psiquismo humano: uma que é natural e outra que é social (SALVADOR, 1999). A primeira é biologicamente determinada e origina as funções psíquicas elementares, aquelas compartilhadas com outras espécies animais (a percepção, as sensações, a atenção involuntária, reações emocionais imediatas, entre outras). Já, a segunda é socialmente determinada e dá origem às funções psicológicas superiores (consciência, linguagem, memória intencional, atenção voluntária, capacidade de planejamento etc.), exclusivas da espécie humana e que se desenvolvem por meio da aprendizagem que ocorre através das interações sociais com outros seres humanos e com os elementos da cultura.

A experiência aqui relatada considera a aprendizagem escolar/educacional como um processo de internalização e domínio de conhecimentos e habilidades que acontece por meio da intervenção sistemática e dirigida por outros seres humanos (VIGOTSKI, 2007), em função disso compreende que a atuação deve considerar os âmbitos individuais, coletivos e institucionais. Para discutir a aprendizagem de estudantes com deficiência ou necessidades especiais de aprendizagem, convém contextualizar a exclusão social, histórica e cultural a que foram relegadas essas pessoas com deficiência e transtornos mentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo evidenciam a atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) da instituição referida como relevante, notadamente para o desenvolvimento e aprendizagens dos estudantes com deficiência e transtornos mentais. Os profissionais que compõem esse Núcleo figuraram como mediadores entre esses estudantes, suas famílias, professores, Coordenação de Cursos e demais instâncias decisórias da instituição, promovendo as articulações necessárias à consecução das aprendizagens dos alunos com deficiência e transtornos enquanto direitos subjetivos que possibilitam a emancipação humana.

Os apoios ofertados pelo NAP implicam na redução da evasão educacional, no enfrentamento às dificuldades de aprendizagem e interpessoais, na melhora no rendimento acadêmico, na atenuação de dificuldades dos docen-

tes na execução de estratégias avaliativas adaptadas e no manejo de problemas comportamentais dos alunos.

Essas ações são sobremaneira importantes para os estudantes que acessam esse serviço individualmente. Além desse alcance, entretanto, a atuação do NAP se observa enquanto resistência aos modelos hegemônicos de se ser e estar no mundo. Contribui, com sua atuação cotidiana com a quebra de referentes que não traduzem o humano, essencialmente diverso. Cada atendimento e escuta sensível aos estudantes ou mediação realizada com docentes e colaboradores contribui com movimentos fundamentais de crença na capacidade da pessoa com deficiência de aprender e de desenvolver e na potência de sua existência no mundo. Essas ações se constituem importantes estratégias de suporte institucional que confirmam o paradigma inclusivo na Educação Superior como o único que atende à ética de uma sociabilidade verdadeiramente humana.

Ademais, além das ações realizadas pelas profissionais que integram o NAP, ressaltamos a relevância da ação conjunta das diversas instâncias institucionais (Direção, Coordenação Acadêmica, professores, coordenadores de curso e demais profissionais colaboradores, além dos próprios estudantes e seus familiares) trabalhando de forma concertada para a efetivação das políticas educacionais inclusivas na faculdade. Destacamos ainda o reconhecimento do NAP perante a comunidade acadêmica como um importante dispositivo que contribui para a remoção dos entraves que dificultam o acesso e a permanência de alunos com deficiência e transtornos mentais no ensino superior.

Vale ressaltar ainda, o reconhecimento por toda a comunidade acadêmica do papel e atribuições de um setor de acessibilidade que atua em uma perspectiva transdisciplinar rompendo uma prática individualista e focada nos contextos das necessidades e adoecimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SECADI. 2008.

CARDOSO, M. Educação especial e inclusiva: caminhos percorridos. **Democratizar**, v. 6, n. 2, 2012.

CIANTELLI, A. P. C., LEITE, L. P. & NUERNBERG, A. H. (2017). Atuação do psicólogo nos “núcleos de acessibilidade” das universidades fede-

rais brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, 21(2), 303-311. DOI: 10.1590/2175-3539/2017/02121119.

FACULDADE ARI DE SÃ. **Regulamento do Núcleo de Apoio Psicopedagógico**. 2022.

FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de; VENÂNCIO, Ana Carolina Lopes (Orgs.) **Vigotski no Ensino Superior**: concepção e práticas de inclusão [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 235 p.

LIMA, A., MARQUES, A. P. S., LIMA, A. H. S. & Lobato, G. C. (2016). Inclusão no Ensino Superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, 20, 175-177. doi:10.1590/2175-353920150201939.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Tradução para as palavras diferença/deficiência. In: MAGALHÃES, R. de C. B. P. M. (Org.) **Reflexões sobre a diferença**: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MELO, F. R. L. V. de; ARAUJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. spe, p. 57-66, 2018.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré et al. Covid-19: Repercussions on the mental health of higher education students. **Saúde em Debate [online]**. v. 46, n. spe1, pp. 206-220, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2022.v46nspe1/206-220/pt/#>

POTT, Eveline Tonelotto Barbosa; CAMPOS, Douglas Aparecido de. A psicologia escolar na educação superior: uma revisão da literatura. *Bol. -Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, v. 41, n. 101, p. 193-204, dez.2021. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

RESAPES – REDE DE SERVIÇOS DE APOIO PSICOLÓGICO NO ENSINO SUPERIOR. **A situação dos serviços de aconselhamento psicológico no ensino superior em Portugal**. Contexto e justificação. Portugal: Resapes, 2002.

ROLDÃO, Flavia Diniz; CICARELLO JR., Ivan Carlos; SCHWARZ, Juliana Correa; CAMARGO, Denise de. Reflexões sobre o trabalho do professor universitário: um olhar a partir da teoria de Vigotski. In: Paula Maria Ferreira de Faria; Denise de

Camargo; Ana Carolina Lopes Venâncio (Orgs.). **Vygotski no Ensino Superior: concepção e práticas de inclusão** [recurso eletrônico] / - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

RUPPEL, Cristiane; HANSEL, Ana Flávia; RIBEIRO, Lucimare. Vygotsky e a defectologia: contribuições para a educação dos estudantes com deficiência nos dias atuais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 8, n. 1, p. 11-24, 2021.

SALVADOR, César Coll. (Org.). O desenvolvimento das funções psicológicas superiores: O ponto de vista de Vygotsky. In: SALVADOR, César Coll. (Org.). **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, A.F.M; CRUZ, Y.L.K.; BRITO, L.F.; BRAGA, K.R. Ansiedade em tempos de Coronavírus: uma análise no contexto escolar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.6, p. 60855-60873, 2021.

TORRES, Érika Nunes Teles. **O apoio psicológico ao estudante**: estudo de caso em uma instituição de ensino superior privada no Estado do Piauí. 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Fundamentos de Defectologia**. Obras Completas - Tomo Cinco / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón, Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. In: Obras escogidas. Tomo 3. Madrid: Visor Distribuciones, 1995. (Texto original de 1931).

VYGOTSKI, Lev Semionovich. Los problemas fundamentales de la defectología. In: L. S. Vygotski. Fundamentos de defectología. Obras escogidas - Tomo V (p. 11-41). Madrid: Visor, 1997. In: L. S. Vygotski. **Fundamentos de defectología**. Obras escogidas - Tomo V (p. 73-95). Madrid: Visor, 1997.